

AVISO DE ABERTURA DE CONCURSO

**INVESTIMENTO RP-C21-i08
Flexibilidade de Rede e Armazenamento**

**AAC N.º 01/C21-i08/2024
Flexibilidade de Rede e Armazenamento**

Data de abertura do Aviso: 31 de julho de 2024

Data de encerramento do Aviso: 2 de setembro de 2024

ÍNDICE

1. Enquadramento e objetivos	7
2. Âmbito geográfico e setorial	8
3. Beneficiários	8
4. Tipologias de operação.....	8
5. Grau de Maturidade e Prazos para Implementação das Operações	9
6. Financiamento: natureza, dotação e taxas de comparticipação.....	9
7. Elegibilidade dos beneficiários e das operações	10
8. Elegibilidade das despesas	13
9. Prazo e modo de apresentação das candidaturas.....	14
10. Documentos a submeter com a candidatura	14
11. Processo de decisão das candidaturas	16
12. Análise e decisão das candidaturas	18
13. Comunicação da decisão e forma de contratualização.....	19
14. Metodologia de pagamento do apoio financeiro.....	19
15. Observância das disposições legais aplicáveis	21
16. Pontos de contacto para informações e esclarecimentos	23
1. Enquadramento Geral da Operação.....	24
2. Enquadramento nos Objetivos do Programa	24
3. Descrição da Operação.....	24
4. Aspetos Económicos e Financeiros.....	25
5. Contributo para os Critérios de Aceitação do procedimento de concurso.....	25
6. Plano de Comunicação	25
7. Conformidade da operação com os princípios gerais e políticas da União.....	25

VERSÕES

Tabela 1 - Versões do Aviso

Versão	Data da publicação	Alterações	Ações
1 – Publicação	31/07/2024	Não aplicável	Versão inicial

ACRÓNIMOS E DEFINIÇÕES

Siglas e Definições	Descrição
AAC	Aviso de Abertura de Concurso
BF	Beneficiário Final, nos termos do estabelecido no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 29-B/2021, de 4 de maio Entidade responsável pela implementação e execução física e financeira de uma reforma e ou de um investimento, beneficiando de um financiamento do PRR diretamente enquanto «Beneficiário Direto», ou através do apoio de um «Beneficiário Intermediário»>>
BI	Beneficiário Intermediário, nos termos do estabelecido no artigo 9.º do Decreto-Lei N.º 29-B/2021, de 4 de maio Entidade pública globalmente responsável pela implementação física e financeira de uma reforma e ou de um investimento inscrito no PRR, mas cuja execução é assegurada por entidades terceiras por si seleccionadas.
CE	Comissão Europeia
CPA	Código do Procedimento Administrativo
FA	Fundo Ambiental
MRR	Mecanismo de Recuperação e Resiliência
NIPC	Número de identificação de pessoa coletiva
OT	Orientação Técnica
PO	Programas operacionais
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
PTA	Pagamento a título de adiantamento
PTR	Pagamento a título de reembolso
PSF	Pagamento de saldo final

RESP	Rede Elétrica de Serviço Público
SI PRR	Sistema de Informação da Recuperar Portugal
SPV	Entidade criada para fins específicos (<i>special purpose vehicle</i>)
TA	Termo de Aceitação
EU	União Europeia

1. ENQUADRAMENTO E OBJETIVOS

1. O presente Aviso de Abertura de Concurso (AAC) enquadra-se no [Anexo revisto da Decisão de Execução do Conselho, de 09 de outubro de 2023](#), que altera a Decisão de Execução (UE) (ST 10149/2021; ST 10149/2021 ADD 1), de 6 de julho de 2021, relativa à aprovação da avaliação do plano de recuperação e resiliência de Portugal, o qual inclui previsão expressa do presente aviso.
2. O objetivo do investimento C21-i08 consiste em introduzir mecanismos de flexibilidade na rede elétrica de serviço público (RESP), que permitam a sua otimização e gestão flexível do sistema elétrico, especialmente tendo em consideração o significativo aumento de consumo elétrico esperado, associado aos investimentos industriais previstos na fileira do hidrogénio verde, por um lado, e a capacidade de geração de eletricidade renovável que terá de estar associada, por outro. A medida visa ainda distribuir e utilizar energias renováveis através do necessário reforço ou alargamento da rede e criar a infraestrutura energética necessária para permitir a descarbonização dos sistemas energéticos, contribuindo substancialmente para as metas nacionais estabelecidas no PNEC 2030.
3. Atualmente, a capacidade de geração instalada no sistema elétrico nacional é de cerca de 22 GW, tendo a ponta de consumo rondado, em 2021, os 10 GW. Estes dados põem em evidência o desafio de desenvolvimento da rede elétrica nacional, afigurando-se como fundamental a otimização e gestão flexível do sistema elétrico, complementarmente aos investimentos em infraestrutura. As limitações e restrições da ligação à RESP advenientes, evidenciam a urgência na revisão das metodologias de cálculo de capacidade para injeção na rede elétrica, baseada em modelos probabilísticos, sendo essencial e urgente a implementação de um modelo de gestão dinâmica e a introdução de meios de flexibilidade no sistema elétrico nacional, sem comprometer a segurança e operação do sistema elétrico.
4. Este investimento deve incluir o apoio à instalação de, pelo menos, 500 MW de capacidade de armazenamento de energia na rede elétrica (tanto a nível do transporte como da distribuição). A capacidade de armazenamento deve ser atribuída de forma a maximizar a viabilidade do potencial interesse no quadro da reserva de capacidade de injeção na RESP previamente atribuída. Os projetos serão apoiados até 20% dos custos elegíveis. A execução do investimento estará concluída até 31 de dezembro de 2025.
5. A instalação dos sistemas de armazenamento à escala das redes de transporte e distribuição prevista neste investimento, será baseada em baterias que conferem flexibilidade e segurança ao sistema elétrico, permitindo economias de rede, com uso de energia verde armazenada em alternativa a uso de energia fóssil e minimizando falhas de fornecimento de energia e proporcionando serviços de sistemas para apoio à segurança das redes e do Sistema Elétrico Nacional.
6. Este AAC é efetuado através de procedimento com base em critérios de acesso objetivos, transparentes e não discriminatórios. O financiamento público é concedido ao abrigo do [Regulamento Geral de Isenção por Categoria \(RGIC\), Regulamento \(UE\) n.º 651/2014, de 16 de junho de 2014](#), na sua atual redação, que resulta do [Regulamento \(UE\) 2023/1315, de 23 de junho de 2023](#) (RGIC), em particular ao abrigo do artigo 41.º (Auxílios ao investimento a favor da promoção de energia produzida a partir de fontes renováveis, de hidrogénio renovável e da cogeração de elevada eficiência). Cumulativamente são cumpridos os requisitos

do artigo 2.º, alínea 109) do RGIC e artigo 2.º, ponto 1, da [Diretiva \(UE\) 2018/2001](#) (definição de produção de energia renovável). Para os custos elegíveis não financiáveis ao abrigo do RGIC, é aplicável o regime de auxílios *de minimis* previsto no Regulamento (UE) 2023/2831, de 13 de dezembro de 2023.

2. ÂMBITO GEOGRÁFICO E SETORIAL

1. Todo o território de Portugal Continental (NUTS1 PT1).

3. BENEFICIÁRIOS

1. Para efeitos do presente Aviso, são elegíveis para apoio ao investimento em sistemas de armazenamento entidades coletivas com atividade económica de produção de eletricidade renovável.

4. TIPOLOGIAS DE OPERAÇÃO

1. A tipologia de operação elegível no âmbito do presente AAC é a seguinte:
 - a) Instalação de sistemas de armazenamento de energia elétrica baseadas em baterias à escala das redes de transporte e distribuição com potência nominal de pelo menos 1 MVA e que assegurem o carregamento e a descarga, à potência máxima, durante o mínimo de duas horas, associados a centros eletroprodutores de produção independente, com potência instalada superior a 1MVA, por fontes de energia renováveis diretamente ligados à RESP.
2. O sistema de armazenamento deve estar ligado na instalação produtora, a “montante” do contador do centro eletroprodutor a que está ou estará associado, utilizando assim o mesmo ponto de receção com a RESP.
3. O sistema de armazenamento ligado a um mesmo ponto de receção, deve ser único.
4. A componente de armazenamento deve absorver anualmente, pelo menos, 75% da sua energia a partir da instalação de produção de energia renovável a que se encontra diretamente ligada, sendo condicionada pela determinação posterior das condições para o carregamento diretamente pela RESP, mediante avaliação e pronúncia pelo operador de rede a que se encontra ligada.
5. A injeção na RESP, a cada instante, do conjunto formado pelo sistema de armazenamento e unidades de produção do centro eletroprodutor ao qual aquele se encontra associado, está limitada ao valor de capacidade de injeção na RESP atribuída a esse centro eletroprodutor, sem prejuízo de eventuais limitações previstas na lei e na regulamentação aplicáveis, bem como nas respetivas licenças de produção e/ou de exploração e/ou nos protocolos de ligação à RESP e/ou de acesso à RESP desse centro eletroprodutor.
6. O sistema de armazenamento fica obrigado a cumprir e a observar os requisitos do Anexo III do presente Aviso.

7. O incumprimento destas regras e a apresentação de candidatura que não respeite as tipologias de operações previstas no presente AAC determina a não conformidade da candidatura com o AAC e, consequentemente, a não aprovação da candidatura.
8. A soma das intenções iniciais de capacidade de armazenamento apresentadas por cada candidato, não pode exceder 20% da capacidade total prevista a apoiar nos termos do presente AAC.
9. O disposto no ponto anterior aplica-se aos candidatos que se encontrem numa relação de domínio ou de grupo.

5. GRAU DE MATURIDADE E PRAZOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS OPERAÇÕES

1. O grau de maturidade mínimo exigido para as operações na fase de apresentação de candidatura consiste na existência de peças preparatórias do(s) procedimento(s) de instalação relativo(s) ao investimento mais relevante para a operação, excluindo qualquer compromisso que configure, antes da data de submissão da candidatura, o início dos trabalhos na aceção do artigo 2.º, alínea 23), do RGIC.
2. Os beneficiários apenas podem efetuar o «início dos trabalhos» após a submissão da candidatura junto do FA, em conformidade com a alínea 23) do artigo 2.º e artigo 6.º, ambos do RGIC.
3. O prazo máximo para a conclusão da implementação no terreno das operações aprovadas é o dia 31 de dezembro de 2025.
4. No caso de o beneficiário não conseguir demonstrar que deu início ao processo de contratação do(s) investimento(s) até 6 meses após a celebração do contrato, perde o direito ao financiamento a essa componente do investimento, sendo o valor libertado distribuído, por ordem, pelas candidaturas que não tenham recebido a totalidade do financiamento solicitado por falta de verba e, em seguida, por aquelas que ficaram aprovadas condicionalmente, nos termos do nº 6.

6. FINANCIAMENTO: NATUREZA, DOTAÇÃO E TAXAS DE COMPARTICIPAÇÃO

1. A forma do apoio a conceder às candidaturas a aprovar no âmbito do presente Aviso reveste a natureza de subvenções não reembolsáveis, nos termos do [Regulamento \(UE\) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de fevereiro de 2021](#), que cria o Mecanismo de Recuperação e Resiliência.
2. Os custos elegíveis dos projetos que serão financiados estão sujeitos aos limiares e taxas aplicáveis que resultam das regras relativas aos Auxílios de Estado, incluindo os previstos no RGIC - Regulamento Geral de Isenção por Categoria (Regulamento n.º 651/2014 da Comissão, de 16 de junho de 2014, na sua redação atual).
3. Em conformidade com o artigo 41.º, n.º 6, do RGIC, os custos elegíveis são os custos de investimento totais, sendo que os projetos aprovados serão apoiados até 20 % dos custos elegíveis.
4. O montante máximo de financiamento público por empresa e por projeto de investimento é de 30 milhões de euros, de acordo com o artigo 4.º, alínea s), do RGIC.

5. Em conformidade com o artigo 41.º, n.º 1-A), do RGIC, todas as componentes de investimento (produção e armazenamento) são consideradas como constituindo um projeto integrado para efeitos de verificação do cumprimento dos limiares estabelecidos no artigo 4.º. Assim, se o centro eletroprodutor da empresa candidata tiver anteriormente acedido a financiamento público, esse financiamento público deve ser valorado no cumprimento do referido limiar dos 30 milhões de euros por empresa e por projeto de investimento.
6. A dotação total afeta ao presente Aviso é de €99.750.000,00 (noventa e nove milhões e setecentos e cinquenta mil euros).
7. O apoio financeiro é atribuído por fases, até ao montante máximo contratado. No termo de aceitação, são estabelecidas as prestações de pagamento do financiamento solicitado, que deverão estar obrigatoriamente associadas à apresentação de comprovativos de realização de despesa associada ao projeto.

7. ELEGIBILIDADE DOS BENEFICIÁRIOS E DAS OPERAÇÕES

1. A elegibilidade e o mérito das candidaturas serão verificados pelo Fundo Ambiental, com base na informação disponibilizada pelos candidatos.
2. Ao nível dos critérios gerais de elegibilidade do candidato, e sem prejuízo do cumprimento do estipulado no ponto 3 do presente AAC, o candidato deverá assegurar o cumprimento dos critérios seguintes:
 - a) Estar legalmente constituído, e devidamente registado, incluindo no Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) relativamente às pessoas que o controle, quando aplicável;
 - b) Ter a situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;
 - c) Deter a situação regularizada em matéria dos Fundos Europeus;
 - d) Poder legalmente desenvolver as atividades no território abrangido pela categoria, tipologia das operações e investimentos a que se candidata;
 - e) Possuir, ou poder assegurar até à aprovação da candidatura, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
 - f) Apresentar uma situação económico-financeira equilibrada e demonstrar ter capacidade de financiamento da operação, nos termos definidos no Anexo I do Regulamento do sistema de Incentivos às empresas «Flexibilidade da rede e armazenamento»;
 - g) Não ter apresentado a mesma candidatura, no âmbito da qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência e não tenha cumulativamente acedido a qualquer financiamento público;

- h) Declarar que a soma das intenções iniciais de capacidade de armazenamento apresentadas, incluindo se numa relação de domínio ou de grupo, não excede 20% da capacidade total prevista a apoiar (500 MW) nos termos do presente AAC.
- i) Declarar não ter salários em atraso, reportados à data da apresentação da candidatura ou até ao momento da assinatura do termo de aceitação caso a candidatura seja aprovada;
- j) Declarar e comprovar que não configura uma “Empresa em dificuldade”, tal como definida, para efeitos do presente AAC, no artigo 2.º, alínea 18), do RGIC. A “Empresa em dificuldade” é uma empresa relativamente à qual se verifica, pelo menos, uma das seguintes circunstâncias:
 - i) No caso de uma sociedade de responsabilidade limitada (que não uma PME que exista há menos de três anos), quando mais de metade do seu capital social subscrito tiver desaparecido devido a perdas acumuladas. Trata-se do caso em que a dedução das perdas acumuladas das reservas (e todos os outros elementos geralmente considerados como uma parte dos fundos próprios da empresa) conduz a um montante cumulado negativo que excede metade do capital social subscrito;
 - ii) No caso de sociedade em que pelo menos alguns sócios tenham responsabilidade ilimitada relativamente às dívidas da empresa (que não uma PME que exista há menos de três anos), quando mais de metade do seu capital, conforme indicado na contabilidade da empresa, tiver desaparecido devido às perdas acumuladas;
 - iii) Sempre que a empresa for objeto de um processo coletivo de insolvência ou preencher, de acordo com o respetivo direito nacional, os critérios para ser submetida a um processo coletivo de insolvência a pedido dos seus credores;
 - iv) Sempre que uma empresa tiver recebido um auxílio de emergência e ainda não tiver reembolsado o empréstimo ou terminado a garantia, ou tiver recebido um auxílio à reestruturação e ainda estiver sujeita a um plano de reestruturação;
 - v) No caso de uma empresa que não seja uma PME, sempre que, nos dois últimos anos: (i) o rácio dívida contabilística/fundos próprios da empresa tiver sido superior a 7,5, e (ii) o rácio de cobertura dos juros da empresa, calculado com base em EBTIDA, tiver sido inferior a 1,0.
- k) Declarar que não se trata de uma empresa sujeita a uma injunção de recuperação, ainda pendente, na sequência de uma decisão anterior da Comissão Europeia que declara um auxílio ilegal e incompatível com o mercado interno;
- l) Dispor de contabilidade organizada nos termos da legislação aplicável;

- m) Estar registado na plataforma do Balcão dos Fundos¹;
 - n) Estar registado na plataforma SIGA².
3. As operações têm de evidenciar que satisfazem os seguintes critérios de elegibilidade das operações:
- a) Pertencer às tipologias de operações previstas no Ponto 4 do presente AAC;
 - b) Visar a prossecução dos objetivos específicos previstos no Regulamento (UE) 2021/241, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro de 2021;
 - c) Demonstrar adequado grau de maturidade, de acordo com o referido no ponto 5 do presente AAC;
 - d) Justificar a necessidade e a oportunidade da realização da operação, incluindo que sem o financiamento o investimento não se realizaria, ou realizar-se-ia em menor escala;
 - e) Apresentar uma caracterização técnica e uma fundamentação dos custos de investimento e do calendário de realização física e financeira;
 - f) Apresentar um plano de comunicação a desenvolver no decurso da implementação da operação e na sua conclusão, que permita a informação e divulgação dos resultados da operação junto dos potenciais beneficiários ou utilizadores e do público em geral, que evidencie o cumprimento das obrigações fixadas no artigo 34.º do Regulamento (UE) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de fevereiro de 2021;
 - g) Apresentar declaração em que o proponente se obriga a disponibilizar ao Fundo Ambiental os dados associados à potência e capacidade instalada;
 - h) Demonstrar que as intervenções não conduzem a impactes significativos no ambiente, garantindo o cumprimento do princípio de “Do No Significant Harm” (DNSH), na aceção do Artigo 17.º do Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho (Regulamento da Taxonomia da UE), designadamente na mitigação e adaptação às alterações climáticas, na proteção e uso sustentável dos recursos hídricos, na economia circular, na prevenção e controlo da poluição e na proteção/restauro da biodiversidade e dos ecossistemas, bem como no cumprimento dos regimes ambientais aplicáveis e na necessidade de obtenção de licenças ou autorizações no âmbito desses regimes identificados. Caso o projeto seja sujeito a procedimento de avaliação ou de apreciação prévia, no contexto do regime jurídico de avaliação de impacte ambiental, esta demonstração poderá ser efetuada nessa sede.
4. As candidaturas a aprovar têm ainda de evidenciar o cumprimento das disposições em matéria de Auxílios de Estado.

¹ O registo e autenticação no Balcão dos Fundos deve ser efetuado pelo proponente antes da candidatura. O correto registo no Balcão dos Fundos estará validado quando se encontrar no estado “Concluído”. Em caso de dúvidas ou dificuldades, poderá ser consultada informação disponível através da hiperligação <https://portugal2020.pt/perguntas-frequentes/>.

² Para se registar na plataforma SIGA, deve consultar o ponto 3 da OT N.º 01/C08-I01.01/2023 na sua versão atualizada, disponibilizada na página do AAC;

8. ELEGIBILIDADE DAS DESPESAS

1. São elegíveis as despesas das operações que vierem a ser aprovadas no âmbito do presente AAC, resultantes dos custos reais incorridos com a sua realização, de acordo com o elenco de despesas elegíveis e não elegíveis seguidamente indicado.
2. São elegíveis as despesas com a aquisição de bens e serviços relativas às seguintes categorias:
 - a) Sistemas de armazenamento de eletricidade;
 - b) Construção ou adaptação de infraestruturas para a instalação do sistema de armazenamento, incluindo contagem e controlo. Os custos elegíveis são os custos de construção, instalação, modernização ou ampliação de infraestruturas relacionadas com o sistema de armazenamento e ponto de receção, incluindo os custos com equipamentos auxiliares e os sistemas de gestão e controlo da bateria.
 - c) Ações relacionadas com a assistência técnica específica para o projeto, bem como ações de comunicação e sensibilização do público-alvo e a monitorização dos resultados do projeto poderão ser elegíveis, desde que seja comprovada a sua relevância para o projeto.
3. O financiamento das ações identificadas nas alíneas b) e c) do ponto 8.2, caso sejam levadas a cabo pelo beneficiário, está limitado, no máximo, a 15% do custo total elegível da operação, ou seja, do valor acumulado das despesas elegíveis previstas nas alíneas a), b) e c) do ponto 8.2.
4. As despesas elegíveis apresentadas nos pedidos de pagamento pelo beneficiário assentam numa base de custos reais e têm de ser justificadas através de faturas pagas ou outros documentos contabilísticos de valor probatório equivalente.
5. Não são elegíveis, para além de outras que não cumpram o disposto no presente AAC:
 - a) Despesas com o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), recuperável ou não pelo beneficiário;
 - b) Despesas no âmbito de contratos efetuados com intermediários ou consultores em que o montante a pagar é expresso em percentagem do montante financiado pelo PRR ou das despesas elegíveis da operação;
 - c) Pagamentos em numerário;
 - d) Encargos financeiros, incluindo juros ou outras despesas financeiras, durante o período de realização do investimento;
 - e) Despesas de pré-financiamento, constituição de processo de empréstimo e de fundo de maneo;
 - f) Despesas relativas à aquisição de bens em estado de uso;
 - g) Custos normais de funcionamento e de consumo corrente, não previstos no investimento contratualizado, bem como custos de manutenção e substituição ou custos relacionados com atividades do tipo periódico ou contínuo;

- h) Custos indiretos;
- i) Imputações de custos internos das entidades beneficiárias;
- j) Compra ou arrendamento de imóveis, incluindo terrenos;
- k) Publicidade corrente;
- l) Investimentos para a produção de energia elétrica;
- m) Trespasses e direitos de utilização de espaços;
- n) Fundo maneio.

9. PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS

1. O prazo para apresentação das candidaturas ao presente AAC decorre desde o dia da sua publicação, até às 17:00 h do dia 2 de setembro de 2024.
2. As candidaturas são apresentadas ao Fundo Ambiental, enquanto beneficiário intermediário do investimento C21-i08 do PRR, através do preenchimento do formulário disponível no portal do Fundo Ambiental (<https://www.fundoambiental.pt>) dedicado ao presente investimento.
3. Para apresentar a candidatura as entidades promotoras devem previamente efetuar o registo e autenticação no portal do Fundo Ambiental.
4. A submissão do formulário preenchido deve ser acompanhada de todos os documentos e informações solicitados no âmbito do presente AAC, não sendo aceites documentos ou informações remetidas por outros meios.
5. O candidato é notificado, via plataforma do Fundo Ambiental, da confirmação de submissão da candidatura, contendo a respetiva data e hora.

10. DOCUMENTOS A SUBMETER COM A CANDIDATURA

1. A candidatura é feita através da apresentação cumulativa dos seguintes documentos:
 - a) Formulário de candidatura, preenchido e carregado pelo candidato na plataforma do Fundo Ambiental, devidamente acompanhado de todos os documentos referidos nas alíneas seguintes, não sendo aceites documentos que sejam remetidos por outros meios que não a referida plataforma;
 - b) Memória descritiva, de acordo com o guião proposto no Anexo I;
 - c) Títulos de controlo prévio (o aplicável):
 - i) Licença de Produção válida, ou
 - ii) Licença de Exploração válida, ou

- iii) Título de Reserva de Capacidade ou Acordo com o respetivo operador de Rede, atribuído à data da publicação do presente aviso.
 - d) Declaração de compromisso, assinada pelo representante legal da entidade proponente, de acordo com o modelo proposto no Anexo II;
 - e) Documento(s) que evidenciem o cumprimento do grau de maturidade exigido no ponto 5 do AAC, nomeadamente as peças do(s) procedimento(s) de contratação do investimento mais relevante a lançar para a operação;
 - f) Documentação justificativa dos custos de investimento previstos na candidatura, em particular que evidenciem o custo de i) instalação do sistema de armazenamento e da iii) construção ou adaptação das infraestruturas;
 - g) Documento que evidencia a desistência da candidatura que tenha sido apresentada e/ou aprovada a/por outro Programa Operacional (PO) e Confirmação da Autoridade de Gestão do outro PO dessa desistência (ofício ou outro meio escrito), se aplicável;
 - h) Declaração emitida pelo Contabilista Certificado ou pelo ROC ou equivalente do beneficiário, devidamente acompanhada do Relatório e Contas aprovado dos últimos 2 exercícios contabilísticos e do respetivo apuramento dos limites e rácios aplicáveis, que comprovem não se tratar de uma empresa em dificuldade, de acordo com o previsto no ponto 7.2, alínea j) do presente AAC. No caso de uma SPV, esta demonstração deve ser feita ao nível da respetiva entidade detentora do capital da SPV;
 - i) Documento que comprove não ter sido objeto de processo coletivo de insolvência e Declaração em como a empresa não preenche os critérios para ser submetida a um processo coletivo de insolvência a pedido dos seus credores;
 - j) Cópia da informação sobre a Publicidade de processos especiais de revitalização, de processos especiais para acordo de pagamento e de processos de insolvência no Portal online CITIUS;
 - k) Declaração de que a Empresa não se encontra sujeita a uma injunção de recuperação ainda pendente;
 - l) Declaração de que dispõe de contabilidade organizada nos termos da legislação aplicável;
 - m) Comprovativo de inscrição (captura de ecrã) na plataforma Balcão dos Fundos ([link](#))³;
2. A candidatura poderá conter qualquer outra informação complementar que o proponente considere relevante para a demonstração das condições de elegibilidade do beneficiário e da operação, bem como do mérito da mesma.

³ O registo e autenticação no Balcão dos Fundos deve ser efetuado pelo proponente antes da candidatura. O correto registo no Balcão dos Fundos estará validado quando se encontrar no estado "Concluído". Em caso de dúvidas ou dificuldades, poderá ser consultada informação disponível através da hiperligação <https://portugal2020.pt/perguntas-frequentes/>.

11. PROCESSO DE DECISÃO DAS CANDIDATURAS

1. A entidade gestora do Fundo Ambiental será a responsável pelo processo de decisão do financiamento, com o apoio técnico de entidades setoriais competentes (ex.: DGEG, APA, operadores de rede) e quando aplicável obedecendo às seguintes fases:

1ª Fase | Verificação do enquadramento da candidatura nas condições do AAC

11.1.1. A verificação do enquadramento da candidatura nas condições do AAC será realizada nas seguintes dimensões:

- a) Enquadramento nas tipologias de operação previstas no AAC;
- b) Enquadramento do proponente na tipologia de beneficiários previstos no AAC;
- c) Enquadramento no âmbito geográfico previsto no AAC;
- d) Verificação dos critérios de elegibilidade dos beneficiários;
- e) Verificação dos critérios de elegibilidade das operações;
- f) Verificação da situação de impedimentos e condicionamentos da entidade proponente;
- g) Verificação do cumprimento do grau de maturidade previsto no AAC;
- h) Verificação da existência dos documentos de apresentação da candidatura;
- i) Verificação que não está em causa uma “empresa em dificuldade”, como definida, para efeitos do presente AAC, pelo artigo 2.º, alínea 18), do RGIC.

11.1.2. A verificação do enquadramento da candidatura nas condições do AAC a que se refere o ponto 11.1.2 é feita para todas as condições ali inscritas.

11.1.3. O cumprimento das condições previstas no Aviso relativas ao enquadramento do beneficiário e da operação conduzem ao prosseguimento da análise, nas dimensões da elegibilidade do beneficiário e nos critérios de elegibilidade da operação.

11.1.4. Caso a entidade proponente e/ou a operação não tenham enquadramento nas condições do AAC analisadas nesta primeira fase, a entidade proponente será notificada da proposta de não aprovação por falta de enquadramento no AAC, sendo-lhe facultados os fundamentos da proposta de não aprovação, seguindo-se um processo de audiência prévia, no âmbito do qual dispõe de 10 dias úteis para se pronunciar sobre aquela proposta, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA).

11.1.5. No caso de serem apresentados argumentos que conduzam à revisão da proposta de não enquadramento nas condições do AAC em sede de audiência prévia, a análise da candidatura prosseguirá.

11.1.6. Na falta de resposta, ou se após resposta se concluir pela falta de fundamento para a revisão da não elegibilidade por falta de enquadramento nas condições do AAC analisadas nesta primeira fase, a mesma não será aceite, e a entidade proponente será notificada da não aprovação da candidatura.

2ª Fase | Verificação dos restantes critérios de elegibilidade dos beneficiários e das operações e apuramento do mérito da operação

11.1.7. Na avaliação do mérito de cada operação serão aplicados os critérios de seleção nos termos definidos no ponto 12 do presente AAC.

11.1.8. Caso a candidatura apresente os elementos mínimos para o apuramento de mérito, e se enquadre dentro da dotação financeira disponível no âmbito do AAC, será selecionada para o seguinte:

- a) Pronúncia, quer pelo operador da RESP a que respeita o ponto de interligação do centro eletroprodutor com o qual partilha ou partilhará o mesmo ponto de receção, quer pelo gestor técnico global do Sistema Elétrico Nacional, para determinação do valor máximo de potência aparente, não superior a 25% do valor da capacidade de injeção atribuída no mesmo ponto, que em cada instante o sistema de armazenamento poderá funcionar no modo de carregamento de energia a partir da RESP, e
- b) Financiamento, sendo a entidade proponente notificada da decisão de aprovação da candidatura, com a indicação do valor máximo de potência de carregamento a que se refere a alínea anterior, a constar do Termo de Aceitação/Contrato de financiamento e, em resultado do controlo prévio a desenvolver pelo titular junto da entidade licenciadora, da licença de produção onde o respetivo título de armazenamento será averbado ao título preexistente relativo ao centro eletroprodutor, nos termos do artigo 11.º do Decreto Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, na sua redação atual.

11.1.9. Caso a candidatura não atinja a classificação mínima igual ou superior a 7 (sete) pontos para efeitos de apuramento de mérito absoluto ou, tendo atingido a classificação mínima, na hierarquização para efeitos de avaliação do mérito relativo, não seja selecionada por não se enquadrar dentro da dotação financeira disponível no âmbito do AAC, a entidade proponente será notificada da proposta de não aprovação, por falta de mérito absoluto ou relativo, através de um processo de audiência prévia, no âmbito do qual dispõe de 10 dias úteis para se pronunciar sobre aquela proposta, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA).

11.1.10. No caso de serem apresentados argumentos que conduzam à revisão da proposta de não aprovação em sede de audiência prévia, a candidatura será selecionada para prosseguir o procedimento previsto nas alíneas a) e b) do ponto 11.3.2.

11.1.11. Na falta de resposta, ou se após resposta, se concluir pela falta de fundamento para a revisão da não aprovação por falta de mérito, a mesma não será aceite, e a entidade proponente será notificada da não aprovação da candidatura.

2. Após a comunicação favorável da decisão de financiamento da candidatura, é celebrado um contrato (termo de aceitação) entre a entidade gestora do Fundo Ambiental e o beneficiário que estabelece as condições específicas do financiamento.
3. Em qualquer das fases descritas nos números anteriores poderá a entidade gestora do Fundo Ambiental solicitar esclarecimentos a qualquer dos documentos ou declarações produzidas no âmbito da candidatura, no âmbito do qual será dado um prazo de até 10 dias úteis para resposta.

12. ANÁLISE E DECISÃO DAS CANDIDATURAS

1. As candidaturas que reúnam as condições de **elegibilidade** serão apreciadas pela entidade gestora do Fundo Ambiental, com o apoio técnico de entidades setoriais competentes (ex.: DGEG, APA) e por via de uma avaliação do mérito da operação.
2. As candidaturas são classificadas, até ao limite orçamental do presente aviso, de acordo com os seguintes critérios de seleção cumulativos e respetiva pontuação:

Critérios	Descrição	Pontos
1. Localização preferencial	Centro electroprodutor ligado à subestação (à saída, ou no ramal público na direta dependência da subestação) em zonas de rede consideradas preferenciais para efeitos do presente aviso (Anexo IV)	5
	Centro electroprodutor não ligado à subestação (à saída, ou no ramal público na direta dependência da subestação) em zonas de rede consideradas preferenciais para efeitos do presente aviso (Anexo IV)	1
2. Maturidade	Evidência de licença de exploração do centro electroprodutor onde será instalado do armazenamento	20
	Evidência de licença de produção do centro electroprodutor onde será instalado o armazenamento	10
	Evidência de Título de Reserva de Capacidade de rede (TRC) do centro electroprodutor onde será instalado o armazenamento	1
3. Experiência	Evidência de experiência acumulada de exploração de instalações de armazenamento, até à data da publicação do aviso, superior a 10 MW, no território da União Europeia	3
	Evidência de experiência acumulada de exploração de instalações de armazenamento, até à data da publicação do aviso, inferior a 10 MW, no território da União Europeia	2
	Sem experiência de implementação de armazenamento.	1

3. Caso se verifique uma situação de empate após aplicação dos critérios referidos no número anterior, e no sentido de resolver o mesmo, será realizado um sorteio nas instalações do Fundo Ambiental em data e hora a designar, e para o qual serão convocados os beneficiários das candidaturas empatadas.
4. Após terminada a avaliação das candidaturas, e aplicados os critérios de ordenação, o financiamento disponível ditará as candidaturas a financiar na totalidade, sendo que, no caso em que a última candidatura a contemplar ultrapasse o total disponível, será calculado o financiamento até esse montante.

13. COMUNICAÇÃO DA DECISÃO E FORMA DE CONTRATUALIZAÇÃO

1. A decisão de seleção da candidatura apresentada será proferida pela entidade gestora do Fundo Ambiental, no prazo de 60 dias (úteis), a contar da data-limite para a respetiva apresentação, indicada no ponto 9 deste Aviso.
2. O prazo indicado no ponto anterior é suspenso nos períodos relativos
 - a) à apresentação de documentos e/ou esclarecimentos adicionais pelos candidatos previstos no ponto 11 do presente AAC e
 - b) às pronúncias a que se refere a alínea a) do ponto 11.3.2 do presente AAC.
3. A entidade gestora do Fundo Ambiental procede à divulgação pública dos resultados da avaliação, bem como da lista final das entidades beneficiárias e das operações aprovadas, através da página eletrónica do Fundo Ambiental, em www.fundoambiental.pt.
4. A contratualização da decisão da concessão do apoio é efetuada mediante assinatura de um contrato de financiamento (CF), o qual deverá ser assinado no prazo máximo de dez dias a contar da data da notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável ao Beneficiário.
5. As regras previstas no presente AAC, designadamente, o cumprimento dos Marcos, Metas e Pontos de Monitorização, previstos no Acordo Operacional e no respetivo Anexo II, bem como os requisitos previstos no Anexo III, fazem parte do Termo de Aceitação/Contrato a celebrar entre o BI (Fundo Ambiental) e os BF cujos projetos aprovados serão objeto de financiamento.

14. METODOLOGIA DE PAGAMENTO DO APOIO FINANCEIRO

1. Os pagamentos aos beneficiários finais (BF) podem ser processados mediante as seguintes modalidades:
 - a) Pedido de pagamento a Título de adiantamento (PTA), pode ser apresentado um pedido de pagamento a título de adiantamento, no valor máximo correspondente a 23% do apoio aprovado;
 - b) Pedido de pagamento a título de reembolso (PTR), associado às despesas elegíveis pagas;
 - c) Pedido de pagamento de saldo final (PSF), referente ao último pedido de pagamento.

2. A despesa a incluir pelos BF em pedidos de pagamento por reembolso deverá, obrigatoriamente, corresponder a adjudicações cujos processos se encontrem concluídos e que evidenciem a apresentação da documentação que ateste a conformidade dos procedimentos de contratação pública. Os pedidos de pagamento devem estar instruídos dos seguintes documentos, sem prejuízo de outros que venham a ser identificados em orientações técnicas emitidas pelo Fundo Ambiental e comunicadas aos BF:
 - a) Formulário de pedido de pagamento, a preencher e submeter por via eletrónica, em plataforma a definir;
 - b) Fatura(s) e respetivo(s) comprovativos dos pagamentos efetuados pelo BF, com data posterior à da candidatura, com NIPC do BF e com as despesas e trabalhos discriminados, em conjunto com os documentos comprovativos da aquisição ou implementação das intervenções. O descritivo das faturas e autos de medição devem incluir o detalhe suficiente que permita relacionar as despesas aprovadas a apoio com os trabalhos realizados e as respetivas soluções, equipamentos, sistemas instalados ou prestações de serviços;
 - c) Evidências fotográficas que comprovem a realização dos trabalhos ou a entrega dos bens/equipamentos;
 - d) Autorização para que o Fundo Ambiental proceda à verificação da situação contributiva do BF junto da Segurança Social ou certidão comprovativa de situação regularizada do BF perante a Segurança Social;
 - e) Autorização para que o Fundo Ambiental proceda à verificação da situação tributária do BF junto da Administração Fiscal ou certidão comprovativa de situação regularizada do BF perante a Autoridade Tributária.
3. O pagamento do apoio concedido é efetuado por transferência bancária para a conta do BF identificada no Termo de Aceitação e este é notificado, através da plataforma eletrónica, assim que estejam reunidas as condições para o exercício do direito ao pagamento.
4. Os pagamentos aos BF são processados na medida das disponibilidades do Fundo Ambiental, sendo efetuados até ao limite de 95 % do montante da decisão de financiamento, ficando o pagamento do respetivo saldo (5 %) condicionado pela apresentação pelo BF do pedido de pagamento de saldo final e relatório final, confirmando a execução da operação nos termos aprovados.
5. Todos os pedidos de pagamento solicitados pelos BF serão objeto de verificações administrativas, com base numa análise do pedido e documentação de apoio relevante, isto é, dos documentos que comprovem a realização da despesa e o pagamento efetivo aos fornecedores, como as faturas, notas de entrega, extratos bancários, relatórios de progresso e outros documentos exigidos, e/ou de verificação no local. Neste contexto, será avaliada a elegibilidade material e financeira da despesa, tendo em conta, designadamente, a regularidade dos procedimentos de contratação pública.

15. OBSERVÂNCIA DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS APLICÁVEIS

1. Os candidatos/potenciais beneficiários deverão demonstrar o cumprimento das disposições legais europeias e nacionais a que se encontra sujeita a candidatura, em matéria de auxílios de Estado, Contratação Pública, de igualdade de oportunidades e de género e outras, tais como:
 - 15.1.1. Contratação Pública: Sempre que aplicável, as regras de contratação pública conforme disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, deverão ser integralmente cumpridas nos procedimentos de contratação de empreitadas e fornecimento de bens ou prestação de serviços junto de entidades terceiras.
 - 15.1.2. Igualdade de Oportunidades e Género: Deve ser assegurado, sempre que aplicável, o cumprimento dos normativos legais, nacionais e comunitários, aplicáveis em matéria de promoção da igualdade de género entre homens e mulheres e da igualdade de oportunidades e não discriminação.
 - 15.1.3. Cumprimento das orientações técnicas no âmbito do PRR: As Orientações Técnicas n.ºs 11⁴, 12⁵, 13⁶ e 14⁷ são parte integrante do sistema de gestão e controlo interno do PRR, implementado pela EMRP com a finalidade de acompanhar e examinar a realização física e financeira e a legalidade dos investimentos financiados pelos fundos europeus atribuídos a Portugal através do Plano de Recuperação e Resiliência, bem como de garantir a proteção dos interesses financeiros da União Europeia e prevenir, detetar, reportar e corrigir as situações de fraude, corrupção, conflitos de interesses e duplo financiamento, no quadro do Decreto-Lei n.º 29-B/2021, de 4 de maio, na sua redação atual, no respeito pelo artigo 22.º do Regulamento (EU) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro de 2021, que cria o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, na sua redação atual, e das obrigações assumidas por Portugal no Contrato de Financiamento e no Contrato de Empréstimo assinado com a Comissão Europeia. Estas Orientações Técnicas divulgam, nomeadamente junto dos Beneficiários, procedimentos estabelecidos no sistema de gestão e controlo interno do PRR que asseguram a execução mais eficaz e eficiente dos investimentos.
 - 15.1.4. Deve ser assegurado, sempre que aplicável, o cumprimento das obrigações que decorrem das Orientações Técnicas n.º 11 e 12/2023, em particular as referentes ao Duplo Financiamento e Inexistência de Conflito de Interesses, respetivamente, bem como da Orientação Técnica n.º 10/2023 referente ao Beneficiário Efetivo.
 - 15.1.5. Tratamento de Dados Pessoais: Em relação aos dados pessoais a que acedam no âmbito da presente OT, todos os dados pessoais serão processados de acordo com o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), pelo Regulamento Geral de Proteção

⁴⁴ Orientação Técnica N.º 11/2023: Mitigação de risco de duplo financiamento - Beneficiários do PRR

⁵ Orientação Técnica N.º 12/2023: Mitigação do risco de conflito de interesses - Beneficiários do PRR

⁶ Orientação Técnica N.º 13/2023: Irregularidades e recuperação dos financiamentos no âmbito da execução dos investimentos do PRR

⁷ Orientação Técnica N.º 14/2023: Avaliação do risco de fraude e medidas antifraude eficazes e proporcionadas

de Dados (RGPD) de 25 de maio de 2018 e pela Orientação Técnica n.º 15/2023 - Tratamento de dados pessoais no âmbito do PRR. Todos os dados pessoais a que acedam no âmbito do presente AAC serão processados de acordo com o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) e o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), de 25 de maio de 2018, e na Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto, tendo em consideração a Orientação Técnica n.º 15/2023.

15.1.6. A política de privacidade do Fundo Ambiental encontra-se disponível para ser consultada em <https://www.sgambiente.gov.pt/politica-de-privacidade/>

Os dados pessoais serão transmitidos à Estrutura de Missão “Recuperar Portugal” e à Comissão Europeia, e tratados com o fim de avaliação do cumprimento satisfatório dos marcos e metas bem como controlo sobre a legalidade e regularidade dos pagamentos de modo a assegurar uma proteção adequada dos interesses financeiros da União Europeia e do Estado Português, como por exemplo, através da ferramenta FENIX, podendo ser consultada a sua política de privacidade em https://ec.europa.eu/economy_finance/recovery-and-resilience-scoreboard/assets/RRF_Privacy_Statement.pdf

A «Recuperar Portugal» disponibiliza as informações sobre o tratamento de dados pessoais que realiza na sua Política de Proteção de Dados disponível no seu site institucional na Internet em https://recuperarportugal.gov.pt/wp-content/uploads/2023/07/EMRP-Politica-de-ProtECAo-de-Dados_publicacao-20230717.pdf

15.1.7. Mitigação de riscos de Ocorrência de situações de conflitos de interesse, fraude, corrupção e duplo financiamento, nos termos da Orientação Técnica n.º 8/2023: Os dados pessoais serão também tratados, com o fim de identificar riscos de fraude, conflitos de interesses ou irregularidades, através da ferramenta ARACHNE disponibilizada pela Comissão Europeia, de acordo com o processo e a sua finalidade, melhor explicados em <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=325&intPageId=3587&langId=pt> e na política de privacidade, em <https://ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=25704&langId=en>

15.1.8. Publicitação do financiamento do apoio: Deve ser dado cumprimento aos requisitos de informação, comunicação e publicidade relativos à origem do financiamento, conforme o disposto no n.º 2, do artigo 34.º do Regulamento (UE) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro, que criou o Mecanismo de Recuperação de Resiliência (MRR), bem como às disposições que constam nos seguintes documentos, disponíveis em <https://recuperarportugal.gov.pt/comunicacao> e <https://www.fundoambiental.pt/comunicacao/manuais-e-logotipos-fa.aspx>:

- a) [Orientação Técnica n.º 5/2021 do PRR](#), na sua versão mais atualizada;
- b) Guia de Comunicação e Informação para os beneficiários do PRR, na sua versão mais atualizada;
- c) Manual de Regras Gráficas do PRR, Manual de Regras Gráficas Recuperar Portugal, Logotipos e materiais editáveis do PRR;

- d) Guia de publicidade e comunicação PRR do Fundo Ambiental, na sua versão mais atualizada;
- e) Material editável de publicidade e comunicação do Fundo Ambiental.

16. PONTOS DE CONTACTO PARA INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

1. O presente Aviso está disponível em:
 - a) Candidaturas PRR (recuperarportugal.gov.pt);
 - b) Fundo Ambiental (www.fundoambiental.pt).
2. Os pedidos de informação ou de esclarecimento devem ser dirigidos para o endereço eletrónico: flexibilidade_rede@fundoambiental.pt.

O Diretor do Fundo Ambiental

Marco Rebelo

ANEXO I

MODELO DE MEMÓRIA DESCRITIVA

1. ENQUADRAMENTO GERAL DA OPERAÇÃO

- Identificação do centro eletroprodutor existente ao qual o sistema de armazenamento se irá ligar, com número de processo DGEG e potência de ligação à RESP atribuída;
- Caracterização geral da operação de instalação de sistema de armazenamento, com descrição mínima de potência nominal, capacidade, redes internas de ligação e alterações ao projeto pré-existente para ligação do sistema, evidenciando o seu enquadramento na(s) tipologia(s) de operação(ões) definida(s) no Aviso: área geográfica da operação;
- Descrição da forma como a implementação da operação terá impacte, fundamentando a necessidade e a oportunidade da realização da operação.

2. ENQUADRAMENTO NOS OBJETIVOS DO PROGRAMA

- Identificar claramente os aspetos que permitem demonstrar a relevância estratégica e o enquadramento da operação nos objetivos gerais e específicos do Programa de Recuperação e Resiliência, mencionados no artigo 4.º do [Regulamento \(UE\) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro](#), alterado pelo Regulamento (UE) 2023/435 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de fevereiro de 2023. .

3. DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

- Neste ponto deverá ser demonstrada a autonomia funcional da operação, a razoabilidade dos custos e a exequibilidade das ações previstas, através da apresentação de, no mínimo, os seguintes elementos:
 - Capacidade de armazenamento do sistema, quer no modo de carregamento, quer no modo de injeção;
 - Identificação do centro eletroprodutor a que está ou estará associado, com a apresentação do respetivo título que evidencie tratar-se de uma instalação de produção a partir de fonte renovável ligada ou a ligar à RESP, indicando o valor da potência aparente correspondente à capacidade de injeção na RESP atribuída, bem como o nível de tensão, a designação da instalação da RESP (e qual a rede) do respetivo ponto de interligação;

- Caracterização técnica da operação, demonstrando a coerência interna das ações a desenvolver, os custos que lhe estão associados (com remissão para as peças documentais relevantes) e a sua correspondência com as componentes de investimento;
- Descrição e justificação das fases de implementação propostas, com apresentação dos cronogramas de execução física e financeira da operação, evidenciando o seu estado de maturidade de acordo com o definido no Aviso;

4. ASPETOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS

- Deverá ser demonstrada a eficiência do investimento face aos objetivos da operação, justificando a necessidade e oportunidade da sua realização, incluindo demonstrar que sem o financiamento o investimento não se realizaria, ou realizar-se-ia em menor escala.
- Deverá ser descrito o modelo de gestão a adotar na fase de exploração/funcionamento das estruturas resultantes da operação candidatada, evidenciando a sua sustentabilidade.

5. CONTRIBUTO PARA OS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE CONCURSO

- Fundamentação clara e objetiva da situação do centro eletroprodutor ao qual a instalação de armazenamento irá ligar, com referência à adequação da Licença de Produção à construção prevista.

6. PLANO DE COMUNICAÇÃO

- Apresentar listagem calendarizada das ações de comunicação que se prevê desenvolver (inclui notícias, *press-releases*, colocação de placas/cartaz, publicitação no site, entrega de flyers/brochuras explicativas, ...), de forma a dar cumprimento às obrigações fixadas no n.º 2 do artigo 34.º do Regulamento (UE) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro.

7. CONFORMIDADE DA OPERAÇÃO COM OS PRINCÍPIOS GERAIS E POLÍTICAS DA UNIÃO

- Neste ponto, deverá ser evidenciado o contributo da operação para os seguintes princípios gerais e políticas da União, na medida em que as operações a cofinanciar serão de acesso ao público em geral:
 - Deverão ser elencadas as condições que evidenciem a conformidade das operações com o princípio da igualdade de oportunidades e de género e da contratação pública;

- Deverão ser elencadas as condições que evidenciem a conformidade das operações com o princípio de “não prejudicar significativamente” os objetivos ambientais na aceção do artigo 17.º do Regulamento (UE) 2020/852, tendo em conta a descrição das medidas e as ações de atenuação estabelecidas no plano de recuperação e resiliência, em conformidade com as orientações técnicas do princípio de "não prejudicar significativamente" (2021/C58/01).
- Deverá ser dado cumprimento aos requisitos de informação, comunicação e publicidade relativos à origem do financiamento, conforme disposto no n.º 2 do artigo 34.º do [Regulamento \(UE\) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro, que criou o Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#).

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DA ENTIDADE CANDIDATA

1 – <nome do representante legal do beneficiário>, portador do documento de identificação n.º <número de documento de identificação do representante legal do beneficiário >, residente em <morada do representante legal do beneficiário>, na qualidade de representante legal da <designação da entidade beneficiária> com o número de identificação fiscal <NIF da entidade beneficiária>, sita em <morada da entidade beneficiária>, candidato ao Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) no âmbito do Aviso <designação do Aviso>, declara, sob compromisso de honra que cumpre os seguintes critérios de elegibilidade:

- a) Está legalmente constituído;
- b) Tem a situação tributária e contributiva regularizada perante a administração fiscal e a segurança social;
- c) Pode legalmente desenvolver as atividades no território abrangido pelo Aviso e pela tipologia da operação e investimento a que se candidata;
- d) Possui, ou pode assegurar até à aprovação da candidatura, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- e) Apresenta uma situação económico-financeira equilibrada e demonstra ter capacidade de financiamento da operação, nos termos definidos no anexo I do Regulamento do sistema de Incentivos às empresas «Flexibilidade da rede e armazenamento»;
- f) Dispõe de contabilidade organizada, nos termos da legislação aplicável;
- g) Não ter apresentado a mesma candidatura, no âmbito da qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência.

2 – Mais declara que não tem salários em atraso reportados à data de apresentação da candidatura.

3 – Mais declara que não configura uma “Empresa em dificuldade”, conforme definido no artigo 2.º, alínea 18) do Regulamento Geral de Isenção por Categoria, Regulamento (UE) n.º 651/2014, de 17 de junho de 2014, na sua atual redação.

4 – Mais declara que não se encontra sujeita a uma injunção de recuperação, ainda pendente, na sequência de uma decisão anterior da Comissão Europeia que declara um auxílio ilegal e incompatível com o mercado interno.

5 – Mais declara que os documentos que instruem a candidatura estão em conformidade com os documentos que foram enviados à entidade competente para emissão de parecer, nos casos aplicáveis.

6 – Mais declara que implementará a operação no respeito pela observância das disposições legais aplicáveis em matéria de contratação pública, auxílios de estado e igualdade de oportunidades e de género.

7 – Mais declara que os ativos associados ao projeto serão utilizados exclusivamente no âmbito da respetiva missão de serviço público e no cumprimento das respetivas obrigações legais e contratuais.

8 – Mais declara que se obriga a disponibilizar, anualmente e durante 5 anos após aprovação do relatório final da operação financiada, ao Fundo Ambiental, os dados associados à potência instalada e à Direção Geral de Energia e Geologia, de forma detalhada, as economias de energia resultantes do projeto.

9 – Mais declara que, no âmbito da presente candidatura serão garantidas todas as condições orçamentais que permitam a cobertura dos défices de exploração, nomeadamente ao nível dos custos de manutenção e de substituição e restantes custos de operação, de modo que o objeto de cofinanciamento mantenha adequados níveis de operacionalidade durante toda a sua vida útil.

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>

<Assinatura>

ANEXO III

REQUISITOS TÉCNICOS PARA CUMPRIMENTO DO SISTEMA DE ARMAZENAMENTO

1. O sistema de armazenamento, quer em modo de injeção na rede (geração), quer em modo de carregamento (consumo), deverá ter a capacidade de cumprir os requisitos aplicáveis aos Módulos de Parque Gerador com categorização similar aos Tipos A, B, C e D, tal como estabelecido no Regulamento (UE) 2016/631, da Comissão de 14 de abril de 2016 e na Portaria n.º 73/2020, de 16 de março.
2. Com o objetivo de otimizar a integração no Sistema Elétrico Nacional (SEN), salvaguarda-se o direito ao operador de rede competente e ao Gestor Técnico Global do SEN (GGS) de solicitar a utilização do sistema de armazenamento no máximo das suas possibilidades técnicas, mesmo nos casos em que esta utilização exceda o aplicável aos restantes Módulos de Parque Gerador.
3. O titular do sistema de armazenamento não poderá recusar, sem motivo razoável, a utilização no máximo das capacidades técnicas do sistema de armazenamento tendo em conta a viabilidade económica e técnica dessa utilização.
4. O sistema de armazenamento deve cumprir o estipulado nos parágrafos anteriores, sendo, contudo, a significância da categorização dos Tipos A, B, C e D definida pelo centro eletroprodutor associado, sempre que a potência do mesmo seja superior ao do sistema de armazenamento (regras semelhantes à hibridização).
5. O sistema de armazenamento deve estar equipado com sistemas e canais de comunicação nos termos a definir pelo GGS que permita fornecer a este o acesso, através dos seus sistemas informáticos, a um conjunto de medidas em tempo-real, bem como a possibilidade de envio de comandos ao sistema de armazenamento para controlo das variáveis elétricas, conforme disposto no artigo 91.º do Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro.
6. O sistema de armazenamento deve participar, obrigatoriamente, em mecanismos de resolução de restrições técnicas ou equiparados, geridos pelo GGS, e nos mercados, bem como os estabelecidos no Manual de Procedimentos da Gestão Global do Sistema do setor elétrico (MPGGS) para assegurar o equilíbrio entre a geração e o consumo, também geridos pelo GGS, incluindo:
 - Reserva de Reposição ou equiparado;
 - Reservas de Restabelecimento da Frequência com ativação manual ou equiparado;
 - Reservas de Restabelecimento da Frequência com ativação automática ou equiparado.

7. O sistema de armazenamento deverá assegurar, igualmente, e assim que for objeto de remuneração nos termos da regulamentação, a prestação do serviço de reserva primária ou equiparado e do serviço de controlo de tensão e reativa, conforme estabelecido no Regulamento (UE) n.º 2016/631, da Comissão de 14 de abril de 2016, na sua redação atual, na Portaria n.º 73/2020, de 16 de março, no MPGGG e no Regulamento da Rede de Transporte ou no Regulamento da Rede de Distribuição, consoante a rede a que se encontre ligado o sistema de armazenamento.
8. O operador de rede competente e o GGS apresentarão, no âmbito das respetivas competências, após a emissão, pela entidade licenciadora, do título de controlo prévio do sistema de armazenamento e a pedido do respetivo titular, as condições e especificações técnicas de detalhe de ligação e acesso à RESP.
9. Os conversores das baterias podem operar em modo "grid following" se potência nominal do conversor <45 MVA e ter possibilidade de operar em modo "grid forming" acima de 45 MVA.

ANEXO IV

ZONAS DE REDE PREFERENCIAIS

RNT		RND	
INSTALAÇÃO	CONCELHO	INSTALAÇÃO	CONCELHO
Alto Lindoso	Ponte da Barca	Alcáçova	Elvas
Alqueva	Vidigueira	Alfarelos	Soure
Armamar	Armamar	Alhandra	Vila Franca de Xira
Bodiosa	Viseu	Aljustrel	Aljustrel
Cançada	Terras de Bouro	Almeirim	Almeirim
Carrapatelo	Cinfães	Arada	Ovar
Carregado	Alenquer	Avanca	Estarreja
Castelo Branco	Castelo Branco	Beja	Beja
Chafariz	Celorico da Beira	Caeira	Évora
Estremoz	Estremoz	Carrascal	Benavente
Fafe	Fafe	Carrascas	Palmela
Falagueira	Nisa	Casal Da Lebre	Marinha Grande
Ferreira do Alentejo	Ferreira do Alentejo	Coruche	Coruche
Ferro	Covilhã	Cruz Do Campo	Cartaxo
Frades	Vieira do Minho	Estremoz	Estremoz
Fundão	Fundão	Fânzeres	Gondomar
Lagoaça	Freixo de Espada à Cinta	Feira	Santa Maria da Feira
Ourique	Ourique	Fontainhas	Santarém
'Panóias'	Ourique	Lousada	Lousada
Pedralva	Braga	Monte Feio	Sines
Pego ('Abrantes')	Abrantes	Montechoro	Albufeira
Pereiros	Coimbra	Olho Boi	Abrantes
Picote	Miranda do Douro	Pegões	Montijo
Pocinho	Torre de Moncorvo	Porto De Lagos	Portimão
Portimão	Portimão	Rio Maior	Rio Maior
Recarei	Paredes	Santiago	Santiago do Cacém
Ribeira de Pena	Ribeira de Pena	São Jorge	Porto de Mós
Ribatejo	Alenquer	São Sebastião	Setúbal
Rio Maior	Caldas da Rainha	Talagueira	Castelo Branco
Santarém	Santarém	Taveiro	Coimbra
Sines	Santiago do Cacém	Terena	Alandroal
Tábua	Tábua	Turquel	Alcobaça
Tavira	Tavira	Várzea	Covilhã
Torrão	Marco de Canaveses	Vendas Novas	Vendas Novas
Valdigem	Lamego	Vista Alegre	Albergaria-a-Velha
Vila Pouca Aguiar	Vila Pouca Aguiar		
Vieira do Minho	Vieira do Minho		
Zêzere	Tomar		